Proc. TC-030.657/2015-6
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Trata-se de Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Francisco Alves da Silva contra o Acórdão n.º 1.985/2017-TCU-2.ª Câmara, que lhe imputou débito e multa em decorrência da omissão no dever de prestar contas das 2.ª e 3.ª parcelas de recursos federais repassados no âmbito do Convênio n.º 496/2004 (R\$ 40.602,43 e R\$ 59.650,48, creditados em 3/9/2009 e 23/7/2010, respectivamente). O aludido ajuste foi celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde – Funasa e o município de Recursolândia/TO, com vistas à execução de melhorias sanitárias domiciliares.

2. Saneados os autos, restou demonstrada a devolução das seguintes quantias aos cofres da entidade concedente:

- em 16/9/2016, R\$ 91.960,65 provenientes da conta bancária vinculada ao convênio, relativos ao valor original da 3.ª parcela repassada pela Funasa, não movimentada pelo então prefeito, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos no período (peça 60, pp. 35-37);

- em 15/12/2016, R\$ 78.640,19 provenientes de conta em nome do responsável, e R\$ 1.814,04, provenientes de conta em nome da Prefeitura, distinta da conta vinculada ao convênio, ambos os valores à guisa de restituição de parte da 2.ª parcela não aplicada no objeto pactuado (peça 60, p. 207, peça 61, pp. 29-31).

3. Releva observar que o montante referente ao 2.º repasse foi integralmente debitado da conta do convênio na data de 22/9/2009, mediante cheque a destinatário não identificado nos autos, não tendo sido apresentados quaisquer documentos com vistas a comprovar onexo causal entre esses recursos e a execução de obras no âmbito do convênio em questão (peça 60, pp. 194-198, 201-202, peça 61, p. 21).

4. Dito isso, reconhece-se a plausibilidade das justificativas apresentadas pelo responsável para a não conclusão do objeto pactuado. Todavia, remanesce sem justificativa a omissão do ex-prefeito no dever de prestar contas dos recursos repassados em sua gestão.

5. Assim, apesar de as devoluções de valores terem sido realizadas após o fim do prazo concedido pelo TCU para o responsável apresentar alegações de defesa, mas antes da prolação da decisão condenatória (21/2/2017), os débitos liquidados devem ser acrescidos de juros de mora. Isso porque, consoante o art. 202, §§ 1.º a 4.º, do Regimento Interno do TCU, ainda que se admita a quitação a qualquer tempo antes da condenação, a não incidência dos juros moratórios pressupõe, além do reconhecimento da boa-fé do responsável, a inexistência de outras irregularidades nas contas, requisito este que não se verifica no caso concreto.

6. Nesse contexto, na linha da derradeira instrução da Secretaria de Recursos à peça 64, impõe-se a reforma do acórdão contestado, de sorte a abater dos débitos os valores devolvidos oriundos da conta pessoal do responsável e da conta vinculada ao convênio, com acréscimos de atualização monetária e juros de mora a partir das respectivas datas de referência. Faz-se necessário, apenas, explicitar todos os débitos e créditos no novel acórdão a ser proferido, em observância ao entendimento da Súmula-TCU n.º 128, bem como ajustar as datas de referência dos débitos para as dos respectivos créditos na conta específica.

7. No tocante à devolução de R\$ 1.814,04, não é possível considerá-la para fins de abatimento do débito imputado à pessoa do Senhor Francisco Alves da Silva, visto que foi efetuada com recursos do município não vinculados ao convênio, sem a comprovação da regularidade financeira da aplicação de parte dos recursos da 2.ª parcela, como já mencionado no item 3 precedente. Contudo, à luz da Portaria Conjunta Segecex-Segedam n.º 1/2014, cabe incluir no acórdão a ser proferido o reconhecimento de que essa quantia constitui crédito do município perante a Funasa.

8. Ante o exposto, esta representante do Ministério Público endossa a proposta de encaminhamento oferecida pela Secretaria de Recursos às peças 64-66, no sentido de se conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Francisco Alves da Silva para, no mérito, dar-lhe

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

provimento parcial, de sorte a abater dos débitos os créditos dos valores devidamente recolhidos pelo responsável – com atualização monetária e incidência de juros de mora a partir das respectivas datas de referência na forma do quadro seguinte – e reduzir a multa que lhe foi aplicada, na mesma proporção da diminuição do débito. Bem assim, sugere-se que se faça constar da parte dispositiva do novel acórdão reconhecimento de crédito do Município de Recursolândia/TO perante a Funasa no valor de R\$ 1.814,04, referenciado a 15/12/2016 para fins dos acréscimos devidos.

Data	Valor	
3/9/2009	40.602,43	Débito
27/7/2010	59.650,48	Débito
16/9/2016	91.960,65	Crédito
15/12/2016	78.640,19	Crédito

Ministério Público, 7 de fevereiro de 2018.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral